



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0012588-10.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Crime de Estelionato e Outras Fraudes (Arts. 171 A 179, Cp) - Estelionato**
 Documento de Origem: **IP - 208/2011 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Adilson Gonçalves da Costa**
 Vítima: **Cláudio Elias Curvelo (guscar Veículos)**

Aos 25 de abril de 2017, às 16:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu Adilson Gonçalves da Costa, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. Prosseguindo, foi ouvida a vítima, duas testemunhas de acusação e interrogado o réu. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição da testemunha faltante, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** MM. Juiz: ADILSON GOLÇANVES DA COSTA, qualificado as fls.126/127, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 171, caput, do CP, porque em 30.04.11, em São Carlos, obteve vantagem ilícita, no valor de R\$18.500,00, induzindo a vítima Claudio Elias Curvelo em erro, mediante meio fraudulento, consistente em utilizar documentos falsos para a compra de um veículo Fiat Uno Mille, placas HGO-9937. Obteve a posse de tal veículo, mas os documentos falsos impediram a concretização do financiamento, ficando a vítima com o prejuízo. A denúncia foi recebida (fls.166). O réu foi citado (fls.179). Na presente audiência foram ouvidas a vítima e duas testemunhas arroladas na denúncia. **A denúncia deve ser julgada improcedente**, devendo o réu ser absolvido por falta de provas suficientes para a condenação. O réu nas duas oportunidades que foi ouvido negou os fatos, dizendo que nunca esteve em São Carlos e perdeu os documentos, que teria sido utilizados, em tese, para a prática do estelionato. A vítima Cláudio teve prejuízo, já que o veículo descrito na denúncia chegou a ser entregue. Entretanto, a vítima não viu o réu, pois não o atendeu, não tendo como proceder ao reconhecimento. Funcionário da financiadora **BV Financeira**, Maikon, foi ouvido por carta precatória, conforme CD juntado aos autos, sendo que o mesmo não se recordou dos fatos. No mesmo sentido, foi o depoimento do funcionário da empresa-vítima, de nome Feliciano, que atendeu pessoa que teria aplicado o golpe. Entretanto, nesta audiência, não conseguiu reconhecer com segurança o réu, como sendo a mesma pessoa que esteve no estabelecimento, ressaltando-se ainda o tempo decorrido entre os fatos (2011 e a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

presente data). Houve a desistência do policial Paulo Sergio (fls.82), já que o mesmo nada iria saber informar sobre os fatos. Assim, por insuficiência de provas requiro a absolvição do réu. **Dada a palavra à DEFESA:** "MM. Juiz: em comum com o MP observando a regra do artigo 155 do CPP. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**" VISTOS. ADILSON GOLÇANVES DA COSTA, qualificado as fls.126/127, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 171, caput, do CP, porque em 30.04.11, em São Carlos, obteve vantagem ilícita, no valor de R\$18.500,00, induzindo a vítima Claudio Elias Curvelo em erro, mediante meio fraudulento, consistente em utilizar documentos falsos para a compra de um veículo Fiat Uno Mille, placas HGO-9937. Obteve a posse de tal veículo, mas os documentos falsos impediram a concretização do financiamento, ficando a vítima com o prejuízo. Recebida a denúncia (fls.166), sobrevieram citação e resposta escrita, sem absolvição sumária (fls.209). Em instrução foram ouvidas a vítima e duas testemunhas de acusação (fls.251 e nesta data), sendo o réu interrogado ao final. Houve a desistência quanto a testemunha faltante. Nas alegações finais as partes pediram a absolvição. **É o Relatório. Decido.** Como bem observado pelo Ministério Público "...o réu nas duas oportunidades que foi ouvido negou os fatos, dizendo que nunca esteve em São Carlos e perdeu os documentos, que teria sido utilizados, em tese, para a prática do estelionato. A vítima Claudio teve prejuízo, já que o veículo descrito na denúncia chegou a ser entregue. Entretanto, a vítima não viu o réu, pois não o atendeu, não tendo como proceder ao reconhecimento. Funcionário da financiadora BV Financeira, Maikon, foi ouvido por carta precatória, conforme CD juntado aos autos, sendo que o mesmo não se recordou dos fatos. No mesmo sentido, foi o depoimento do funcionário da empresa-vítima, de nome Feliciano, que atendeu pessoa que teria aplicado o golpe. Entretanto, nesta audiência, não conseguiu reconhecer com segurança o réu, como sendo a mesma pessoa que esteve no estabelecimento, ressaltando-se ainda o tempo decorrido entre os fatos (2011 e a presente data). Houve a desistência do policial Paulo Sergio (fls.82), já que o mesmo nada iria saber informar sobre os fatos". De fato, sem reconhecimento seguro do réu como sendo pessoa que aqui esteve e praticou a fraude, não há como responsabilizá-lo criminalmente. Nesse particular, a dúvida motiva a absolvição. Ante exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** ADILSON GONÇALVES DA COSTA com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Transitada em julgado, ao arquivo. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Réu: